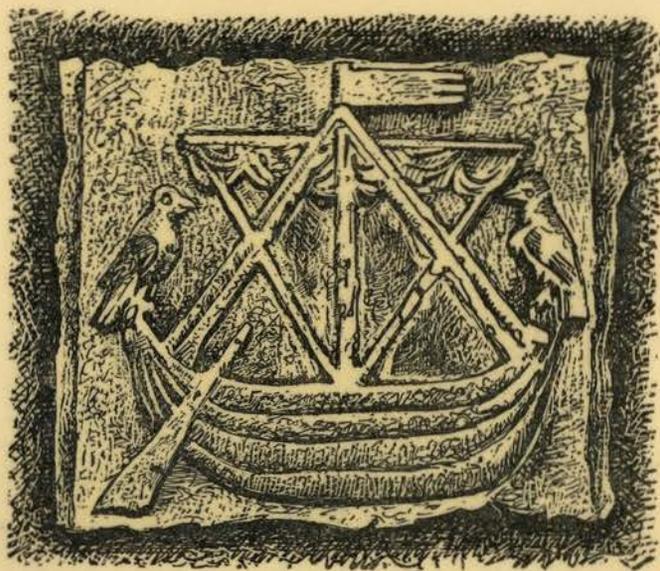


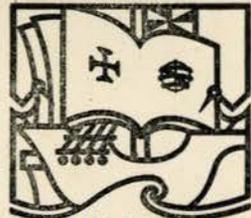
NORBERTO DE ARAÚJO
INVENTÁRIO
DE
LISBOA

Fascículo 5



Edição da
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

INVENTÁRIO
DE
LISBOA



municipio
de Lisdoo

1652⁵

17

INCORPORAÇÃO
1.º SET. 1947

○-1716 □A

INVENTÁRIO DE L I S B O A

por

NORBERTO DE ARAÚJO



Fascículo V

R. hiv. 4.º ~~1507~~
R. 16380

C. M. L.
1 9 4 7

3

SUMÁRIO

Publicados:

FASCÍCULO I — **Monumentos nacionais** — Castelo, Sé, Jerónimos, Torre de Belém, S. Vicente, Basílica da Estrela, Aqueduto das Águas Livres.

FASCÍCULO II — **Sistemas defensivos** — Cerca Moura (século XII), Cerca de D. Fernando (século XIV), Defesas marítima e terrestre (século XVII), Campo Entrincheirado (século XIX).

FASCÍCULO III — **Paços e Palácios Nacionais** — Belém, Bemposta, Necessidades, Ajuda e Assembleia Nacional.

FASCÍCULO IV — **Outros palácios do património nacional** — Almada, Alvor, Calheta, Marialva (Belém), Niza, Ega, Burnay (Junqueira), Lavradio, Barbacena, Penafiel, Foz e Farrobo (Laranjeiras).

FASCÍCULO V — **Palácios municipais** — Távora-Galveias, Mitra, Paços do Concelho (referência) e Folgosa. — **Palácios particulares** — Casa dos Bicos, Palácios Almada-Carvalhais e Belmonte.

A seguir:

VOLUME ESPECIAL — **Casas da Câmara**, estudo histórico, e **Paços do Concelho** (integrado nas publicações culturais comemorativas do 8.º Centenário da Tomada de Lisboa. (1947).

FASCÍCULOS VI e VII — **Palácios particulares** (continuação).

Sucessivamente:

Casas históricas, Casas pitorescas. — Igrejas paroquiais e não paroquiais e ermidas.

(A ordem por que são tratados os vários capítulos do «Inventário» nem sempre poderá ser a que foi exposta na folha-sumário do fascículo I).

0191-012

PALÁCIOS MUNICIPAIS

Século XVII

PALÁCIO TÁVORA-GALVEIAS

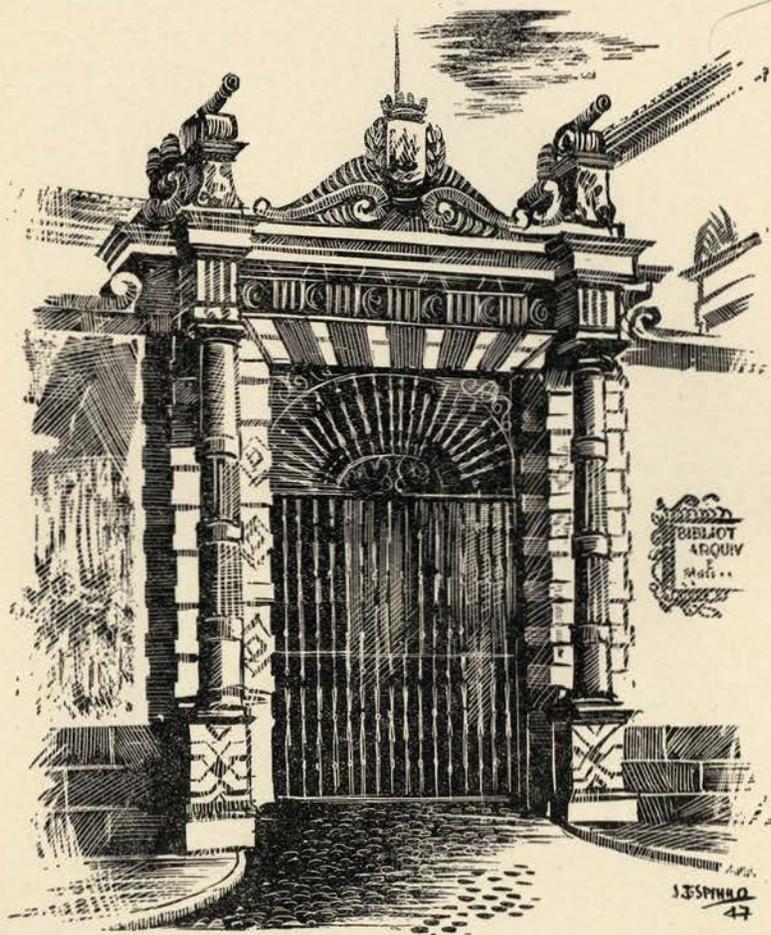
PALÁCIO DA MITRA

Século XIX

PAÇOS DO CONCELHO (referência)

PALACETE FOLGOSA

PALÁCIOS MUNICIPAIS





PALÁCIO TÁVORA-GALVEIAS

Século XVII

Fundação Séc. XVII
Restauros e reintegração. 1929-1931

[Freguesia de S. Sebastião da Pedreira]

Breve notícia histórica

O Palácio Galveias, ao Campo Pequeno — Largo Dr. Afonso Pena — é um interessante e nobilíssimo espécime seiscentista puro da arquitectura civil portuguesa, dos mais representativos de toda a Lisboa. Foi construído, como casa de campo, na primeira metade do século XVII por um dos Távoras, talvez António Luís, 16.º Senhor da Casa, falecido em 1653; neste palácio morreu, subitamente, em 26 de Novembro de 1672, Luís Alvares de Távora, primeiro Marquês do título, 17.º Senhor da Casa e 3.º Conde de S. João da Pesqueira. Fazia então parte da propriedade uma larga e vistosa quinta, que se prolongava para Sul-Poente, com parque e jardins. Neste seu palácio arrabaldino se refugiaram os Távoras quando do Terramoto. Em 1759, por efeito da sentença condenatória no processo do atentado contra D. José, a propriedade foi confiscada pelo Estado, e pouco depois passou, por venda, à posse de um indivíduo cujo nome se ignora, e cujos herdeiros, por dívidas, se encontraram na necessidade de a deixar ir à praça (1801). Estava então em Lisboa para ocupar o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. João de Almada de Melo e Castro, mais tarde 5.º Conde das Galveias, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Londres, de uma família ilustre de vice-reis e governadores da Índia, ao qual foi sugerida a compra do palácio que fora dos Távoras, transacção que se efectuou por 16.000 cruzados. O palácio recebeu então restauros e beneficiações. Falecido D. João em 1814, herdou a propriedade seu irmão D. Francisco, 6.º Conde, e a este sucederam, sucessivamente, D. António e D. Fernando, 7.º e 8.º Condes; do último passou o palácio Galveias para sua filha D. Teresa Lobo de Almada de Melo e Castro, casada com o Dr. Francisco de Vilhena, e para suas irmãs, as quais legaram a sua sobrinha, D. Catarina, filha de D. Teresa, o palácio e quinta do Campo Pequeno. Foram estas duas senhoras que no final do século passado venderam o palácio e sua parte rústica — tudo já em lastimável abandono — a Brás Simões, capitalista, muito dado a negócios de terrenos e urbanização (foi quem construiu na encosta da Penha de França o bairro que teve o seu nome, depois Bairro de Ingle-

terra), o que não impediu que o Palácio Galveias continuasse, como um pardeiro, em deplorado estado, velhacouto de malfeitores e de mendigos, situação em que o encontrou a comissão administrativa da Câmara Municipal em 1928. Neste ano foi resolvido entrar a Câmara em negociações de compra com os proprietários desde residuo rústico-urbano (Simões e Simões), a fim de serem rematadas as Avenidas Barbosa du Bocage e Elias Garcia, o que se realizou por acordo de expropriação, sendo em 1929 o velho palácio, que carecia de custosas obras, destinado a Arquivo, Biblioteca e Museu Municipais (acção de Quirino da Fonseca). Realizaram-se as obras, revestiram-se e pintaram-se as salas, reintegrou-se no possível primitivo estado a estrutura geral do palácio e pátio, efectuando-se a inauguração em 5 de Julho de 1931, sendo presidente da Câmara Municipal o general Vicente de Freitas. Posteriormente entregue à Repartição dos Serviços Culturais da Câmara, o palácio foi, no interior, objecto de novos restauros na decoração. A parte principal do Museu, que aqui esteve instalado, foi transferida em Abril de 1942 para o Palácio da Mitra, a Marvila.

INVENTÁRIO

No Palácio municipal Távora-Galveias, espécime seiscentista muito característico, desafogado de outras construções, com frente para o grande Largo Doutor Afonso Pena, há a assinalar:

Exterior

O **EXTERIOR**, com suas quatro faces muito regulares, e nele:

A **Frontaria, fachada Norte**, constituída por dois corpos altos laterais, correspondente às alas Nascente e Poente do Palácio, ligados por um muro no qual se rasgam duas janelas de varões, coroadas superiormente de escudetes gravados em cantaria, janelas que ladeiam

O **Portal**, dos mais belos de Lisboa, de pura feição seiscentista, emoldurado por duas colunas, nas quais os ornatos constam de três anéis envolventes, que iniciam e rematam a secção redonda canelada; sobre o entablamento, em coroamento, vê-se o escudo heráldico de Lisboa (1930), que substituiu o brasão dos Melos e Castros, sendo o remate das colunas relevado, de cada lado, por uma pequena peça de artilharia, de pedra;

O **Pátio Nobre**, abrindo do portal, em quadra regular, de chão empedrado à portuguesa, e nele: a face do fundo, principal,

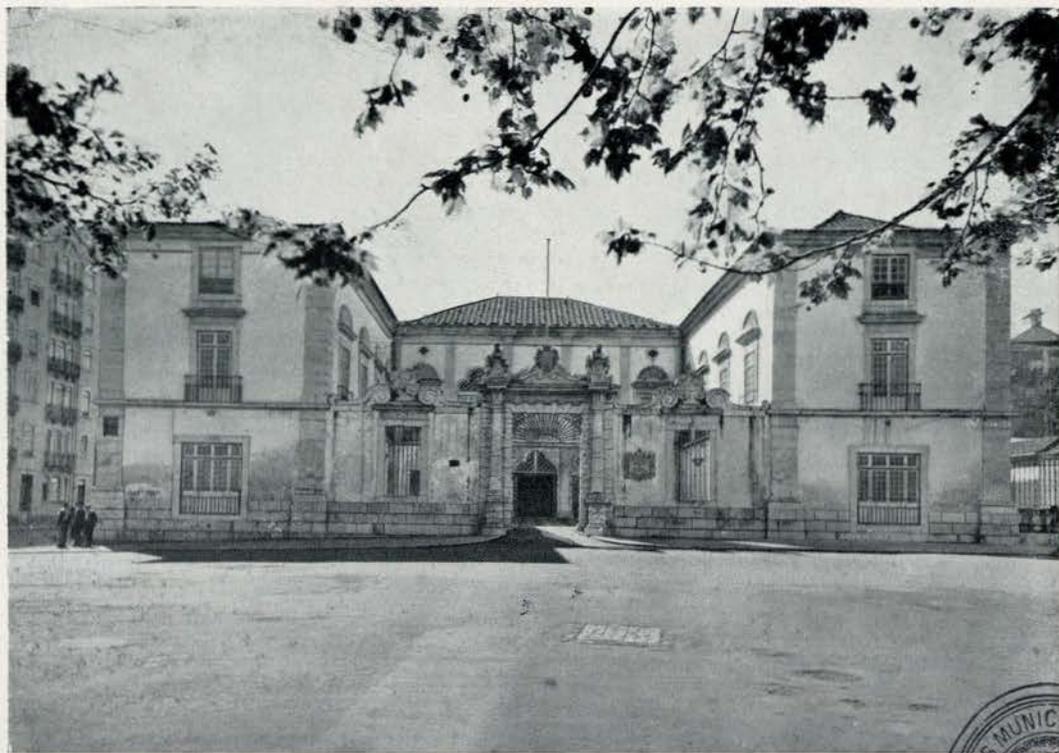
com três portões de acesso ao átrio, coroados de ornatos de cantaria, e com cinco janelas, sendo as três centrais guarnecidas de balaustrada; as faces laterais, com quatro janelas de secada;

As **Fachadas Poente e Nascente**, embelesadas, cada uma, no andar nobre por nove janelas de sacada, de tipo seiscentista, idênticas às que se rasgam nos corpos laterais da frontaria do edifício;

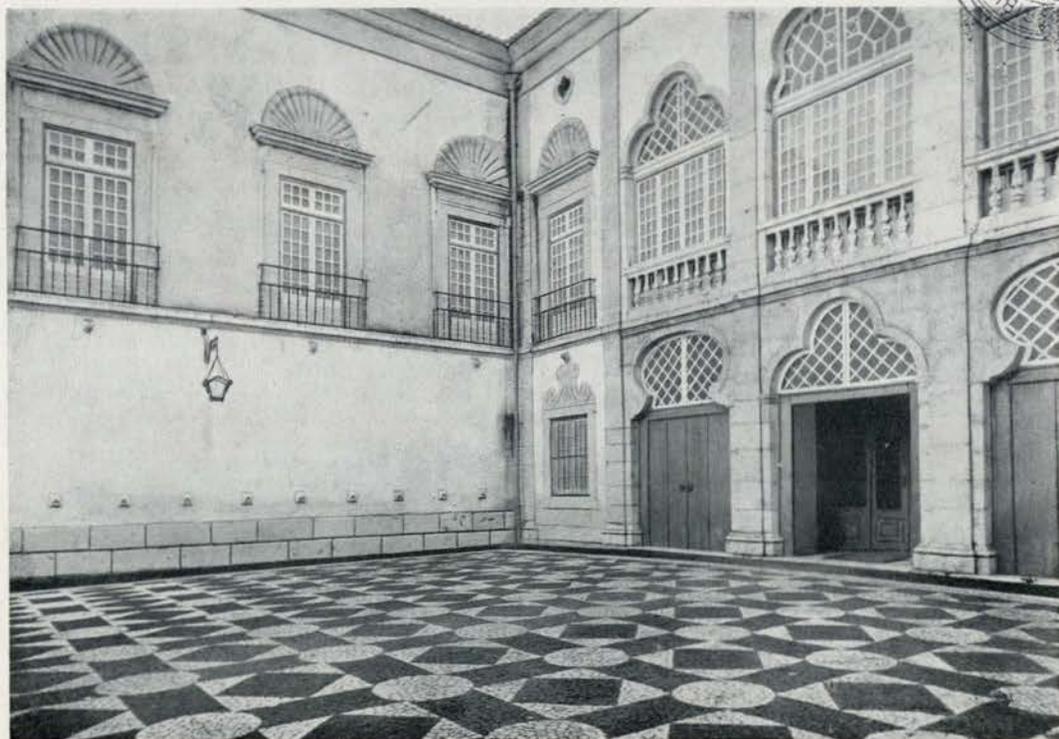
A **Fachada Sul**, sobre o Jardim, constituída por dois corpos laterais, correspondentes aos da frontaria, ligados por um corpo central, em terraço guarnecido de balaustrada;

O **Jardim**, cuja entrada se faz por um portal, à direita da fachada principal, e que se situa na área posterior do palácio; no jardim há a anotar grandes painéis de azulejo dos séculos XVII, XVIII e XIX, de vários tipos, policromos, azuis, historiados, decorativos, sacros, e, entre eles, um policromado no emolduramento, painel de grande

PALÁCIO TÁVORA--GALVEIAS

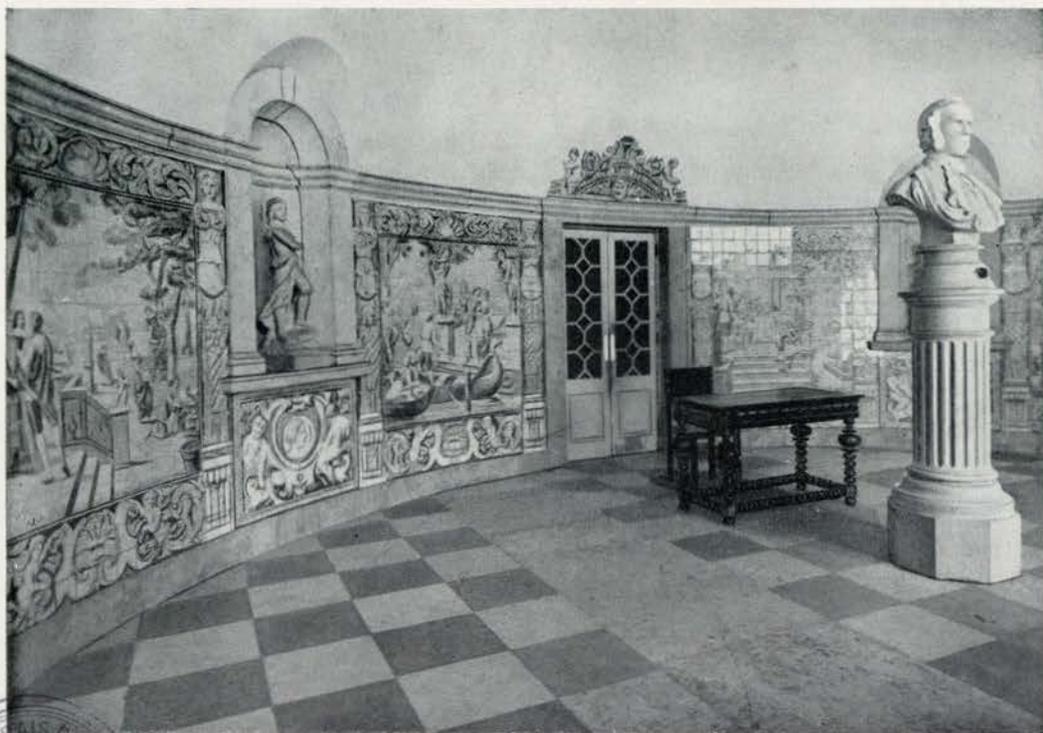


Um aspecto da fachada principal na graciosa opulência que o distingue entre os solares seiscentistas de Lisboa



O magnífico pátio de fundação Távora, vendo-se a entrada principal do átrio e as harmoniosas sacadas do único andar nobre

PALÁCIO TÁVORA--GALVEIAS



A rotunda do átrio nobre revestida de decorativos azulejos modernos de tipo seiscentista



A fachada posterior do Palácio dominando o que resta dos antigos jardins e parque



extensão, com figuras de vinte e quatro reis de Portugal (exceptuando os Filipes) desde D. Afonso Henriques ao príncipe D. João (depois D. João VI), e ainda, nos extremos, e enviesadas, as figuras do Conde D. Henrique e de D. Carlota Joaquina,

curiosa peça de cerâmica de conjunto, do final do século XVII (em parte reconstituída recentemente), que adornou a sala de um palácio no Alto da Ajuda (Ver, na altura própria do *Inventário* o capítulo «Azulejos»).

Interior

O INTERIOR, no qual se assinala:

O Átrio, em rotunda, e nele:

O *tecto*, de abóbada de aresta, em branco; revestindo as paredes *painéis* de azulejos monocromos, modernos (Batistini, 1930 e 1931), ao tipo de desenho do século XVII, dando cenas da corte e de campo; *sobreportas* laterais, com azulejos também modernos, indicativos da utilização das dependências que servem; *poiais* seiscentistas acompanhando interiormente as duas janelas para o pátio; *bustos*, de mármore de Carrara, sobre pedestais de mármore de Vila Viçosa, dos reis D. Pedro IV e D. Luís, e ainda um, sobre coluna, representando Francisco António de Campos, Barão de Vila Nova da Cerveira, presidente da Câmara Municipal em 1837 (escultura de Manuel Maria Bordalo Pinheiro);

A *Escadaria*, seiscentista, em dois lanços curvos, que nascem, lateralmente, no fundo do Átrio, e nela:

Os *silhares* das paredes, em embrechados de mármore policromos baços; dois *nichos*, de tipo Renascença, em lavores de mármore rosa e branco, um em cada sobreporta interior de acesso à escadaria; dois *pórticos*, de acesso às salas, no patamar do encontro dos lanços da escadaria, sobrepujados de composição heráldica dos Melo

e Castro, em brasão esquadrelado, no qual se vêem as armas dos Almeidas, dos Galveias, dos Melos e dos Lobos;

O *Salão Nobre*, com as portas guarnecidas de ombreiras e alisares de mármore rosa, seiscentista, e as paredes revestidas de silhares de *painéis de azulejos* modernos (Batistini, 1931), representando um combate naval nos Açores, em 1594, cenas militares no Brasil, em 1602 e 1615, e episódios da revolução de 1640; as *sobreportas*, guarnecidas de azulejos (Batistini), com as seguintes legendas: «D. Affonso Henriques toma Lisboa em Outubro de 1147», «Foral que Dom Affonso I outhorougou à Cidade de Lisboa no anno de 1179», «Carta régia de D. João I de Abril do anno de 1384», «D. Manuel I reforma o Foral da Cidade de Lisboa em 4 de Agosto de 1500», e «Inauguração desta Biblioteca Museu Municipal a 5 de Julho de 1931»;

As *Salas*, simplificadas nas decorações já depois das obras de restauro de 1929-1931, e entre elas, assinaladamente:

A *Sala de Lisboa*, junção de cinco antigas salas contínuas, com ombreiras e alisares de mármore rosa seiscentistas, e *tectos* (dos quais foram retiradas pinturas medíocres modernas) de estuque branco, em apainelado e ovais; os vãos de ligação das três salas centrais assinalam-se por *arcos* de volta abatida e *pilastras* de mármore vermelho

de Montelavar, construção moderna (esta sala está, presentemente, decorada com várias composições de pintura cenográfica (Martins Barata, 1940, sem assinatura), representando cenas de Lisboa, e que figuraram no Pavilhão de Lisboa da Exposição do Mundo Português, em Belém);

Outras *Salas e Saletas*, cujo interesse está apenas nalguma cerâmica de azulejo (toda ela, nas salas, encoberta por linhagem).

[Do Palácio Galveias, onde estão instalados os serviços culturais da Câmara Municipal,

Biblioteca, Sala de leitura, Arquivo, secretarias, etc., foram retiradas as principais peças de Museu que passaram, desde Abril de 1942, a adornar as salas do Palácio da Mitra, ao Poço do Bispo, convertido em Museu da Cidade. Nas salas-depósitos do Palácio Galveias encontram-se ainda colecções de alfaías religiosas e de numismática, algumas estampas eruditas, «maquettes» paisagistas e de monumentos, e várias quadros de Lisboa, entre eles o de Veloso Salgado (1913) que representa as eleições em 1908, vendo-se nessa tela as figuras de algumas dezenas de vultos republicanos, todos desaparecidos da vida, quadro que adornou uma das salas principais do Paços do Concelho].



PALÁCIO DA MITRA

(MUSEU DA CIDADE)

Século XVII

Fundação e reconstrução Séc. XVII
Reedificação 1716

[Freguesia do Beato]

Breve notícia histórica

O Palácio da Mitra, dito de Marvila, situado na Rua do Açúcar, entre o Beato e Poço do Bispo, monumento municipal, é um dos mais lindos exemplares arrabaldinos de arquitectura solarenga seiscentista, a despeito da sua reedificação, que abrangeu todo o exterior, ser vincadamente do século XVIII.

O primitivo Palácio da Mitra lisbonense, casa de campo dos prelados, remontava, pelo menos, ao começo do século XVII, e dele não existem vestígios; desfrutava de larga quinta e chãos que sobreviveram à transformação do palácio, restaurado e ampliado pelo penúltimo arcebispo de Lisboa, D. Luis de Sousa (1676-1702). Foi, porém, o 1.º patriarca de Lisboa (1716), D. Tomás de Almeida, da Casa Lavrado e Avintes, quem, dispondo de muitos bens e de protecção como um grande da corte, que era, reedificou totalmente o palácio, com grandeza e bom gosto, construindo mesmo, sobre o rio, um cais para seu serviço privativo. O palácio, incorporado temporariamente nos bens nacionais depois de 1834, ainda serviu de residência patriarcal a D. Frei Patrício da Silva e a D. Frei Francisco de S. Luis, Cardeal Saraiva, que nele morreu em 7 de Maio de 1845. Em 1864 o Palácio da Mitra foi à praça para com o seu produto se adquirir uma outra residência patriarcal, que veio a ser o Palácio dos Condes de Barbacena no Campo de Santa Clara (era prelado D. Manuel Bento Rodrigues), comprando-o então, por dez contos, o espanhol D. José Saldanha, Marquês de Salamanca, um dos fundadores da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, o qual, por sua vez, em 1874, vendeu, por cinquenta e quatro contos, a propriedade palaciana e rústica a Horácio Justus Perry, encarregado de negócios dos Estados Unidos em Madrid (onde se encontrava D. José Saldanha), marido (1852) da poetisa espanhola D. Carolina Coronado, que na casa do campo que fora

dos prelados de Lisboa viveu durante anos, mesmo depois de viúva (1891), e onde morreu. Em 1902 a «Mitra» passou de D. Carolina Coronado ao Dr. António Centeno, que já possuía os direitos hipotecários sobre a propriedade do bloco rústico e urbano; alguns poucos anos depois este imóvel foi adquirido por uma sociedade constituída por Francisco de Moura e Sá e Manuel Fuertes Peres; em 1909 a propriedade era apenas de Fuertes Peres que em 1913 se ligou com Ernesto Henriques Seixas, fundando a Fábrica Seixas, de metalúrgica e fundição, encerrada em 1925, e cujos restos de barracões e armazéns ainda se viam há pouco tempo. Foi só em Abril de 1930 que a Câmara Municipal de Lisboa comprou à firma proprietária da fábrica, Fuertes & Comandita, o palácio, terreno e mais anexos, tudo por 4.000 contos, para aqui instalar um matadouro, projecto do qual depois a Câmara desistiu por haver encontrado nos Olivais e nos terrenos de Beirolas (quintas de S. Bento, da Letrada e do Salto) terrenos mais apropriados. A Câmara, de posse de tão belo edificio, resolveu instalar no palácio uma biblioteca municipal, inaugurada em 16 de Outubro de 1934, sendo os terrenos rústicos, com suas casas, destinados a asilo de mendicidade — o Asilo da Mitra, ou simplesmente «a Mitra» no dizer do vulgo —, inaugurado em 4 de Maio de 1933, e que recebeu posteriormente importantes beneficiações.

Em 1941 a Câmara resolveu instalar no Palácio um Museu da Cidade, aproveitando o melhor do recheio artístico e arqueológico do Palácio Galveias; foi esse Museu inaugurado em Abril de 1942, mas circunscrito à antiga casa nobre prelatícia e ao pátio de honra.

O tempo áureo do Palácio da Mitra — que, assinala-se, nunca passou de uma casa de campo — decorreu na primeira metade do século XVIII, durante a vida de D. Tomás de Almeida, que contudo não fazia da Mitra residência habitual (morreu, em 1754, no Palácio Niza, em S. Roque). Em Junho de 1755 esteve instalado neste palácio durante três dias, como hóspede do Rei D. José, o novo Embaixador de França, Marquês de Baschi e de Pignan, servindo de hospedeiro um vedor da Casa Real, tendo vindo do Tesouro de El-Rei os móveis ricos, tapeçarias, baixela e armações das salas.

[Os retratos dos arcebispos de Lisboa (retocados por Vieira Lusitano, segundo J. Baptista de Castro), e que fizeram parte de uma galeria que existiu em duas salas do Palácio da Mitra no tempo de D. Luís de Sousa, foram, pelo menos em parte, levados para os Paços de S. Vicente no terceiro quartel do século passado, e mais tarde, já no actual século, dispersos por antiquários, que os foram vendendo. Encontram-se a maior parte (eram treze), e desde há poucos anos, no Paço Patriarcal do Campo de Sant'Ana, por oferta de um titular; dois, e talvez dos melhores, estão num palácio particular de Lisboa, no Campo Grande].

INVENTÁRIO

O Palácio da Mitra é uma construção rectangular em planta, com dois andares, medindo 27 metros na fachada principal, que enfrenta o Tejo sobre a Rua do Açúcar, e na fachada posterior, e cerca de 21 metros na fachada lateral Poente.

Exterior

No EXTERIOR assinala-se:

A **Frontaria Principal**, revestida de silharia até à altura do primeiro andar, sem portas e com duas ordens de nove janelas,

as inferiores, de peitoril, e, as do andar nobre, de *secada* com varanda de nós, em contra-curvas, e coroamento de cornija;

Um alto muro a Nascente do edificio, correspondente ao Jardim, coroado por ba-

PALÁCIO DA MITRA



Fachada principal do Palácio da Mitra, no aspecto sóbrio e harmonioso que lhe imprimiu o Cardeal D. Tomás de Almeida, da Casa Lavradio. O portal de gradaria, que abre para o pátio, é dos mais curiosos e artísticos dos velhos solares de Lisboa

PALÁCIO DA MITRA



Sala «Pombal», no segundo pavimento, revestida de formosos azulejos panorâmicos



Sala «Carlos Mardel», também revestida de belos azulejos policromos

laustrada dividida em seis tramos; outro alto muro, a Poente, coroado também por balaustrada contínua, ornada de fogaréus, em sete tramos à altura do andar nobre do palácio; e neste muro:

O **Portal Nobre** (século XVIII), ao centro, e nele: a emolduração de cantaria rematada em elegante cornija sobre a qual assenta o tramo central da balaustrada ladeado por vasos ornamentais; o *portão*, propriamente dito, em serralheria artística, no qual se vêem as iniciais, em ferro, T. C. P., de um lado e P. D. L., do outro (*Tomás, Cardeal Pratriarca e Prelado da diocese de Lisboa*), com tímpano rematado em volta redonda, sobrepujado pela *pedra de armas* dos Lavradios e Avintes (seis besantes entre vãos de cruz doble), mas com tiara por timbre;

O **Pátio de Honra**, além do portal, presentemente desfigurado nas suas faces Poente e Norte, constituídas por tapumes provisórios, e nele:

A *fachada Poente* do palácio, com quatro janelas de sacada, não equidistantes, estando a do ângulo Sul apoiada em mísulas, e três janelas inferiores de peitoril;

Uma *varanda*, ou mirante, que corre ao longo sobre o muro Sul do pátio, guarnecida por cortina de varões de ferro, do lado interior, cortina que liga com a varanda da janela do ângulo Sul;

Uma *pequena escadaria*, desdobrada em dois curtos lanços, que nasce à direita do pátio, decorada na frente por um tanque

com bica de carranca de mármore, e ladeada por cortina de grade de ferro forjado, de tipo setecentista, ao gosto francês; no patamar, porta de acesso ao átrio do palácio, emoldurada, sobrepujada por óculo oblongo gradeado.

(Neste Pátio, que já faz parte do Museu da Cidade, se conservam algumas espécies arqueológicas, provenientes de monumentos desaparecidos de Lisboa, e entre elas: uma pedra, com as armas do Reino e as armas da cidade com a nau (século XIV) que adornou o desaparecido (1936) *Chafariz de Arroios*, e ainda uma inscrição, em caracteres correntes, que se via também no muro daquele chafariz; as pedras e espaldar (em parte mutilado) da famosa *Fonte da Samaritana*, de Xabregas (século XVI); algumas estátuas que adornaram o Passeio Público; as duas *pirâmides*, que foram armoriadas dos Lavradios, e que, além da rua, abriam o setecentista cais de D. Tomás de Almeida; algumas pedras de nau lisboeta e várias inscrições).

A **Fachada Norte**, sobre terrenos adstritos ao Asilo da Mitra, há poucos anos rebaixados de nível no local onde existiu a capela do Palácio da qual não restam vestígios, e, nessa fachada, duas ordens de nove janelas, sendo as do andar nobre de sacada e varões de nós, das quais a oitava é «cega», por corresponder ao passadiço que ligava à capela, e as do primeiro andar de peitoril, sendo também «cegas» as três do extremo ocidental que correspondem ao muro da escadaria;

A **Fachada Nascente**, sobre o Jardim, na qual ao nível deste se abrem cinco portas, intervaladas por *painéis de azulejos*, em parte truncados e alguns mutilados, representando cenas de caça grossa e a feras, por cavaleiros, à frecha, à lança e ao laço.

Interior

O **INTERIOR** do Palácio da Mitra, que constitui, só por si, um belo museu de cerâmica de azulejo, mostra ainda, principalmente no andar inferior, elementos decorativos do século XVII, e, no andar nobre, os restauros e transformações sumptuárias do século XVIII.

Anota-se:

No **PRIMEIRO PAVIMENTO**:

O **Átrio**, para o qual se sobe desde a porta da escadaria exterior de acesso, por alguns degraus, e nele: o *tecto* liso, de madeira sem ornatos, o *silhar* de azulejos, recortado na guarnição que acompanha os degraus de acesso e as paredes do átrio (tipo do fim do século XVII), representando cenas de caça grossa, e, nos topos, episódio de frades e mendigos; neste átrio se abrem: à direita porta de acesso à Biblioteca, ao fundo porta de acesso às salas do primeiro pavimento, e, à esquerda, dupla arcada que conduz à escadaria principal.

As **Salas** do primeiro pavimento são em número de sete, além de corredores, das quais três adaptadas recentemente a museu, com tectos de estuque liso e sem guarnições de azulejos, salas que eram dependências subsidiárias do edifício. Anota-se:

A *Sala da Biblioteca*, com tecto apainelado, decorado com frisos geométricos patinados de ouro e com ornatos singelos, estando os silhares de azulejos que revestem as paredes encobertos em parte pela armação de estantes, peças estas de recente formação ao gosto seiscentista;

Três salas, no prolongamento da Biblioteca, e, como esta, situadas a toda a extensão da ala Sul, sobre a rua, adornadas interiormente de assentos de poial de pedra, seiscentistas, e guarnecidas, em silhares, de belos panos de azulejos monocromos do fim do século XVII, e com tectos apainelados lisos, sem ornatos.

(Nas salas e corredores deste primeiro pavimento estão expostos, metódicamente distribuídos, vários espécimes e exemplares de arte e representação documental lisiponense, cuja descrição mais cabe em catálogo do Museu. Citam-se sumariamente: Vistas e perspectivas da cidade de Lisboa (séculos XVI a XVIII), entre elas a famosa, de George Braunio; Vistas gerais e aspectos de Lisboa (século XVIII-XIX), gravuras e litografias; Plantas de Lisboa e Arredores, entre elas a de J. N. Tinoco (cópia); Pintura e escultura (séculos XIX e XX), entre ela o «Fado», de Malhoa (1910), quadro que adornou durante anos uma sala nos Paços do Concelho; Pintura (século XX); Aguarela, desenhos e gravuras de artistas contemporâneos, entre os quais Roque Gameiro, representado com «Rua do Arco do Marquês de Alegrete» e «Rua de S. Miguel».

Escadaria nobre (séculos XVII e XVIII), que abre à direita do átrio, com dois lanços que se unem no segundo e terceiro patamar; anota-se nela:

O *tecto* apainelado, com pinturas ornamentais singelas, tendo ao centro o brasão de armas dos Lavradios e Avintes, com a tiara por timbre, correspondente ao brasão prelatício de D. Tomás de Almeida, reconstrutor do palácio;

A guarnição de *painéis* de azulejos (talvez do fim do século XVII), do primeiro patamar, em azul monocromo, e as do primeiro lanço (já do princípio do século XVIII), re-

presentando, dos lados exteriores, balaústres em perspectiva, com fundos de paisagem a meio tom, e do lado interior, delicadas composições de flores e acantos com estilização de aves;

A *porta que foi da antiga capela*, impraticável no segundo patamar, emoldurada de cantaria;

A *porta superior*, no terceiro patamar, de acesso às salas, de tipo pouco característico do século XVIII, emoldurada de cantaria, e com coroamento arquitectónico envolvendo o tímpano aberto;

A *guarnição de azulejos* no terceiro patamar, representando balaústres no tipo dos da cortina de mármore do segundo lanço, a amarelo, e com fundo de paisagem;

As *figuras recortadas em azulejo*, la-deando a porta, sobre silhar, e representando os quatro elementos: Terra, Ar — Água, Fogo;

A *cortina* que acompanha o segundo lanço da *escadaria*, de mármore, com balaústres piramidais alternados;

Dois *quadros a óleo*, um de cada lado do alto das paredes da *escadaria*: «A tomada de Lisboa aos mouros» e «S. S. Crispim e Crispiniano», telas que pertenceram à igreja de S. Crispim, a S. Mamede.

No SEGUNDO PAVIMENTO:

As *Salas* do pavimento nobre em número de sete (século XVIII), são todas sensivelmente do mesmo tipo de decoração (excepto a E, rotunda de adaptação), com tectos apainelados, mais ou menos ilustrados conforme a sua extensão, com ornatos

de pintura delicada, alguns de talha, todos no mesmo tom ouro e verde; revestem as paredes silhares de azulejo de 1^m,56 de altura, de factura idêntica mas de padrões e motivos diferentes, e fogões de mármore, singelos, alguns dos quais cortaram a guarnição cerâmica. Anota-se, sumariamente, o recheio das salas, cuja discriminação pormenorizada mais cabe a um catálogo de Museu da Cidade:

Sala A, ou «dos Monumentos Olisiponenses», com azulejos do tipo acantos e florões; entre outras espécies expõem-se: «Torre de Belém», de J. F. Serres, várias gravuras de Stop e de L'Eveque, e uma «maquette» dos Jerónimos.

Sala B, ou «da Cerâmica», com azulejos representando cenas campestres; expõem-se boas peças de faiança do Rato, período de 1767 e 1779, e de outras fábricas, um quadro a óleo «Santo António» de autor desconhecido, e um «Incêndio na Alfândega»,

Sala C, ou «de Carlos Mardel», com azulejos que entretecem estilizações de aves e de acantos, envolvendo figurinhas de anjos e bustos em medalhões; entre outras espécies de vistas do Aqueduto e de monumentos e chafarizes, expõem-se a «Vista do Aqueduto e da ribeira de Alcântara», de Le Bas, gravuras e projectos de Carlos Mardel, e, numa vitrina, entre outros documentos, o Foral da Cidade, reformado por D. Manuel I;

[Estas três salas correspondem à da ala Sul, frontaria do palácio].

Sala D, ou «de Pombal», com azulejos representando curiosas cenas de caça grossa e campestres, com guarnição de jarras e pilastras; entre outras espécies expõem-se um

retrato do Marquês de Pombal, de autor desconhecido, o «Terreiro do Paço», também sem nota de autor, vários modelos da estátua equestre e alguns documentos pombalinos;

Sala E, em rotunda oval e sem decoração, cujas partes de ligação com outras salas estão encobertas pelo revestimento de linho; expõem-se: o esboço de Miguel Lupi para o seu quadro (que adorna os Paços do Concelho) «O Marquês de Pombal estudando a reconstrução de Lisboa», 1881, o «Casamento de D. Luís, em S. Domingos», por António Manuel da Fonseca, e peças de escultura cerâmica do Rato;

Sala F, ou «do Pitoresco», com azulejos representando cenas campestres e de pesca, com sentido pitoresco; expõem-se pintura, desenhos, gravura e litografia, e, entre outras espécies, o antigo «Mercado da Praça da Figueira», de autor desconhecido, a gravura de Bartolozzi «O embarque de Junot no Cais do Sodré», várias litografias com aspectos pitorescos de Lisboa, e documentos de arquivo;

Sala G, ou «de Sequeira», cujos azulejos reproduzem cenas campestres; nesta sala se expõe a gravura de Domingos Sequeira «A sopa de Arroios» (1818), um busto de Júlio de Castilho, quatro estudos de Columbano e outros tantos de Malhoa, para decorações nos Paços do Concelho, e vários documentos olisiponenses.

Do antigo Parque e zona arborizada do Palácio da Mitra resta hoje:

O *Jardim*, rectangular, defendido, a Nascente, por um muro, a Sul por balaustrada, a Norte por muro, e a Poente pela ala Nascente do Palácio, e por cortina de varões de ferro, no tipo dos das janelas do edifício; neste Jardim, no muro Nascente, se vê um *grande painel* decorativo policromo, de azulejos do começo do século XVIII, em composição que envolve o brasão de armas dos Almeidas, esquartelado de castelo e quinas, caderna de crescentes, flores de lis e leão rompante; este painel foi recomposto e restaurado pouco depois da compra do palácio pela Câmara Municipal.



PAÇOS DO CONCELHO

Século XIX

Fundação 1867

[Freguesia de S. Julião]

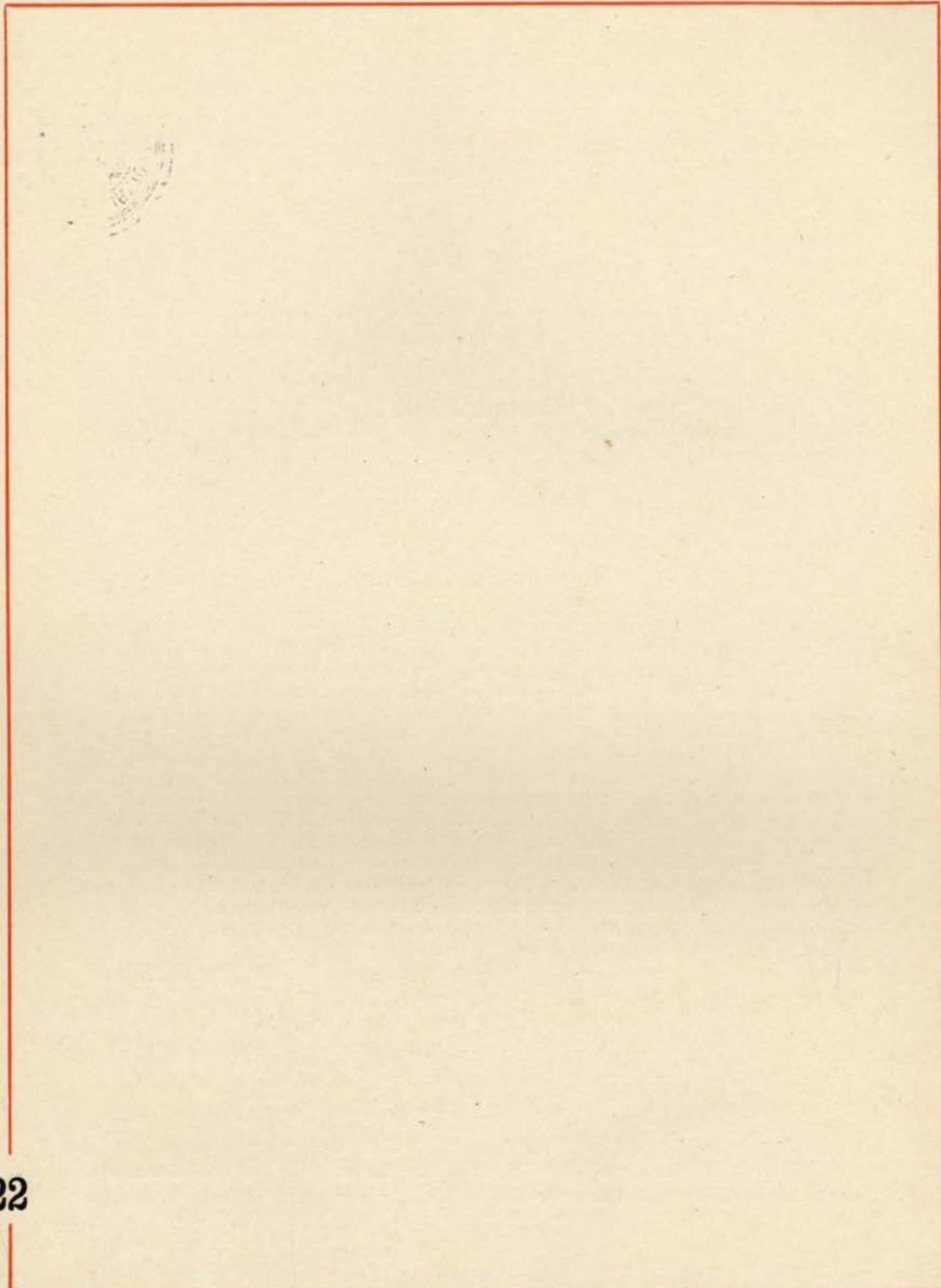
Referência histórica

O Palácio da Câmara Municipal de Lisboa — é uma edificação com pouco menos de oitenta anos, muito representativa como espécime da arquitectura civil. O primitivo projecto foi do architecto Domingos Parente da Silva (1866), e sofreu no decorrer dos trabalhos (1867-1875) bastantes alterações, não apenas na fachada principal, sugeridas pelo engenheiro urbanista Frederico Ressano Garcia, mas também na escadaria e salas do pavimento inferior e ático.

Sucedeu o actual palácio dos Paços do Concelho a um outro mandado levantar em 1770 por D. José, era primeiro ministro o Marquês de Pombal, e presidente do Senado da Câmara o filho desse estadista, 2.º Conde de Oeiras, Henrique José de Carvalho e Melo, palácio cuja frente se situava no mesmo local da actual mas cujo corpo de edificio se prolongava mais para Nascente, até à Rua Aurea. Ardeu totalmente esse palácio — onde estavam também instalados vários serviços públicos e administrações particulares — na noite de 19 para 20 de Novembro de 1863.

Foram muitos os locais, em Lisboa, onde, desde remoto tempo, assentaram as casas do Senado da Cidade, ou do Concelho e da Câmara, ou funcionaram seus serviços. Este assunto será objecto de um estudo documentado do Sr. Luís Pastor de Macedo, que precederá o Inventário dos actuais Paços do Concelho, de Norberto de Araújo. A referência desta página fica apenas a marcar o lugar.

Em 1947 — Volume especial «As Casas da Câmara e os Paços do Concelho», estudo histórico, por Luís Pastor de Macedo e «Inventário», por Norberto de Araújo.



PALACETE FOLGOSA



Aspecto actual do edificio, depois de haver sido encurtada a frontaria (1926)



PALACETE FOLGOSA

Século XIX

Fundação 1893

[Freguesia dos Anjos]

Breve notícia histórica

O Palacete Folgosa, na Rua da Palma, n.º 169, é uma construção muito recente, pois data apenas da última década do século passado (1893). Foi erguido por António de Sousa e Sá, Conde da Folgosa, viúvo (1891) da 1.ª Condessa de Geraz de Lima, D. Júlia Sofia de Almeida Brandão e Sousa da Fonseca Magalhães, filha do 1.º Barão da Folgosa. Possuía esta senhora por herança de seu pai vários tratos de terrenos neste sitio, que se estendiam ao lado Poente da parte mais moderna da Rua da Palma, sensivelmente desde o Socorro até ao Desterro, terrenos primitivamente de hortas e jardins, nos quais em 1887 se construiu o Real Coliseu de Lisboa (demolido em 1926), e onde, entre aquele Coliseu e o palacete Folgosa, funcionou na primeira década deste século um efémero «Paraiso de Lisboa».

A Câmara Municipal adquiriu o Palacete Folgosa, depois da morte do Conde, a seus herdeiros, e — para rectificação da rua, que, na segunda década do século que corre, começara a urbanizar-se intensamente do mesmo lado Poente depois da abertura da Avenida D. Amélia, actual de Almirante Reis — encurtou (1926) a frontaria do edificio, sacrificando-lhe uma parte, na qual se incluía a principal sala do palacete. Este sofreu então obras de adaptação a repartições de serviços municipais, perdendo interiormente qualquer interesse que houvesse tido.

No Palacete Folgosa estão instaladas as repartições de obras municipais e contabilidade, e a de arruamentos.

INVENTÁRIO

No Palacete municipal Folgosa, com quatro pavimentos, há apenas a assinalar:

O **EXTERIOR**, e nele:

A **Frontaria**, constituída por um corpo único lateral, a Norte, com quatro ordens de três janelas, sendo as do primeiro andar, antigo andar nobre, de sacadas;

O **Portal**, simples, guarnecido de pilas-tras almofadadas coroadas de pinázio, situado ao centro de uma cortina gradeada, rematada também, nos extremos, por pilas-tras, estando a do lado Norte meio-embebida na parede;

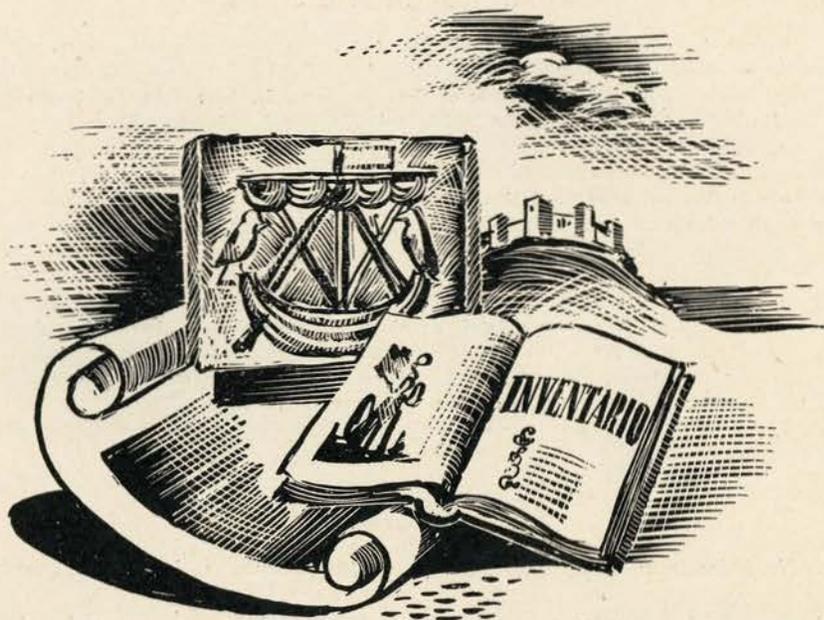
O **Pátio**, em quadra, com duas faces correspondentes às duas únicas alas do edifício; na face do fundo, com uma única porta de serviço, cada andar tem quatro janelas sendo de sacada as do primeiro andar; na face principal, a Norte, na qual se rasgam dois portões, primitivos, de acesso ao átrio, os andares têm também quatro janelas na disposição e tipo das da face do fundo. (A face Sul do pátio é constituída por um muro divisório do prédio contíguo, erguido, depois de 1926,

no local onde existiram as cocheiras do palacete).

No **INTERIOR** deste palacete assinala-se apenas:

O **Átrio**, simples, transformado já do primitivo aspecto, com tecto de estuque em rosetas, e chão de lajes geométricas, vendo-se à esquerda um nicho com uma estátua inexpressiva.

As *Salas* não oferecem presentemente interesse algum.



PALÁCIOS PARTICULARES

Século XVI

CASA DOS BICOS

PALÁCIO ALMADA-CARVALHAIS

Século XVII

PALÁCIO BELMONTE

A ordem cronológica por que são apresentados os vários palácios particulares nem sempre pode ser rigorosa. A incerteza das datas de fundação, e a natureza dispersiva deste trabalho, tal não permitem. A prioridade, nalguns casos, depende do valor histórico ou do merecimento arquitectónico do edifício. Observa-se, contudo, quanto possível, a ordem das idades.

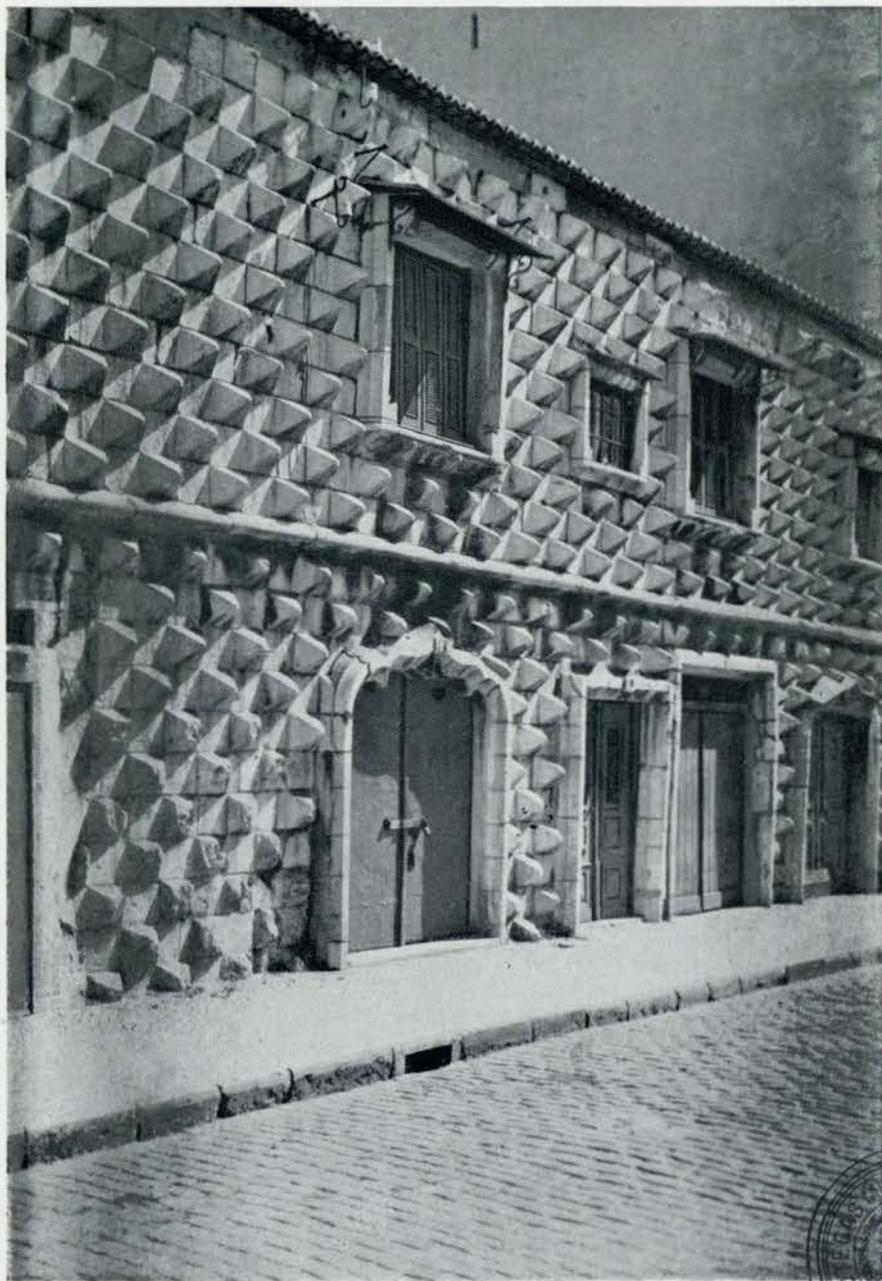
PALÁCIOS PARTICULARES



Palácio Belmonte



CASA DOS BICOS



Um aspecto da actual frontaria na Rua dos Bacalhoeiros, e que constituía a fachada posterior antes do Terramoto





CASA DOS BICOS



Uma das portas manuelinas primitivas do solar de Brás de Albuquerque

CASA DOS BICOS

Século XVI

Fundação 1522

[Freguesia da Sé e S. João da Praça]

Breve notícia histórica

A Casa dos Bicos — considerada, na sua fachada, monumento nacional — é o documento imóvel urbano mais antigo de Lisboa, e, embora propriedade particular, faz parte, com mais razão que qualquer outro, do património espiritual municipal. Nunca foi beneficiada nem transformada; o aspecto que apresenta hoje é aquele em que a deixou o Terramoto de 1755, acrescido das vicissitudes dos tempos.

Neste sítio, «às Portas do Mar», já em 1506 possuiria casas suas, ou, pelo menos, e sem dúvida, terrenos, D. Afonso de Albuquerque, o herói da Índia. O filho legítimo do grande Afonso, Brás de seu nome, crismado, depois, em Afonso, e que foi presidente do Senado da Câmara de Lisboa, suggestionado, talvez, pelo que vira em Itália, onde fora em 1521 na esquadra que conduziu a Sabóia a Infanta D. Beatriz, fez erguer, em 1522, sobre o núcleo de casas que foram de seu pai, o seu palácio «de diamantes», à maneira do «dei diamanti», de Ferrara, do «de los Picos», de Segóvia, e do de Bevilacqua, de Bolonha. É esta a «Casa dos Bicos», de começo chamada «Casa dos Diamantes».

Esta pitoresca e característica Casa — cuja entrada principal se situava na Rua dos Arcos, a actual Rua Afonso de Albuquerque, denominação de 1882 mas que já existia em 1554 (chamada também Rua da Casa dos Bicos, Rua das Canastras, Rua do Albuquerque — de 1661 a 1780 e tal — e Rua do Almargem até 1882) foi destroçada pelo Terramoto de 1755 que lhe deitou abaixo dois andares do lado da actual Rua dos Bacalhoiros e a fachada principal posterior. Interiormente a Casa dos Bicos não possui o mais pequeno interesse: o monumento vive apenas da frontaria.

A propriedade da Casa — depois da morte do fundador (1581), e após um período longo de litígio, primeiro entre o filho único, legitimado, chamado João Afonso de Albuquerque, e a viúva do pai deste, D. Catarina de Meneses, e, depois, entre João Afonso e outros parentes de seu pai — veio finalmente às mãos do neto do herói da Índia, que perdeu a Quinta de Azeitão, que seu pai comprara em 1528, mais tarde chamada «da Bacalhoa» (D. Maria de Mendonça e Albuquerque, casada com D. Jerónimo Manuel «o Bacalhau», este falecido na Casa dos Bicos em 1620), mas

ganhou «as casas da Ribeira às Portas do Mar», das quais tomou posse entre 1620 e 1642, ignorando-se ao certo o ano. Pela morte de D. João Afonso de Albuquerque herdou a Casa um sobrinho, D. António de Albuquerque, e depois, e sucessivamente, um filho deste D. Afonso, um sobrinho deste D. Manuel Teles de Meneses e Albuquerque, falecido na Casa dos Bicos em 1722, um filho deste, D. Brás, e um sobrinho deste, D. Francisco Xavier Teles de Meneses e Albuquerque, que era o 7.º senhor da casa no ano do Terramoto. A este D. Francisco sucedeu seu filho D. Pedro Teles de Melo e Albuquerque, e, a este, seu filho D. Francisco, que, por dívidas, deixou, em 1827, ir a «Casa dos Bicos» à praça, havendo-a arrematado o já então inquilino, e negociante da bacalhau, Caetano Lopes da Silva; este, contudo, apenas a possuiu durante onze anos, pois em 1838 foi compelido, por sentença, a entregar a Casa a Pedro João Teles de Melo e Albuquerque, filho do penhorado, com o fundamento de que a casa estava vinculada e não podia ser vendida nem mesmo por execução fiscal. A Pedro João sucedeu seu filho Francisco Maria Teles de Melo, que foi o 11.º Senhor — e último Albuquerque — da «Casa dos Bicos». Com efeito, e em consequência de dívidas, D. Francisco vendeu em 17 de Julho de 1873 a Casa de seus maiores ao negociante de bacalhau Joaquim Caetano Lopes da Silva, neto daquele outro bacalhoeiro que quarenta e seis anos antes comprara o imóvel famoso ao avô do vendedor. Mortos Joaquim Caetano em 1876, e vinte anos depois a sua viúva, sucedeu em 1899 na posse da Casa dos Bicos o filho José Joaquim Lopes da Silva, e depois, em 1905, a filha deste, D. Daisy Maria da Silva, que vive em Londres e é a actual proprietária.

A Casa dos Bicos está ainda entregue ao seu destino de armazenista de bacalhau. Na parte posterior — antiga frontaria e desaparecida ala principal, hoje um simples barracão — está instalada uma oficina tipográfica de J. Gomes Monteiro.

Em 1926 pensou-se em adquirir o imóvel para instalação do Museu da Cidade, ideia renovada, sem êxito, em 1934, para criação do «Museu da Casa Quinhentista». O estudo pormenorizado deste monumento da arqueologia solarenga de Lisboa encontra-se em «Lisboa de lés-a-lés», de Luis Pastor de Macedo, volume I.

INVENTÁRIO

Na Casa dos Bicos há apenas a considerar o seu

Exterior

todo revestido de «diamantes» em «facetas», de pedra, alternadas desencontradamente nas vinte «fiadas» contínuas, dez em cada um dos andares, divididos estes por uma linha de cantaria, levemente aguçada, e correspondendo à divisão interior do sobrado.

Anota-se:

A **Frontaria**, sobre a Rua dos Bacalhoeiros, na qual o «pano de diamantes» é apenas recortado por portas e janelas, e nela:

O andar térreo, onde avultam seis portas, desiguais na traça e na distância entre si, e das quais a central e a da extremidade oriental, primitivas, constituem portais ma-

nuelinos, na emolduração simples e elegante. (Alguns dos diamantes deste corpo horizontal estão partidos ou picados; nalgumas das pedras «divres» vêem-se, esculpidas, as letras A e P, esta com a perna comprida, e cuja significação se ignora);

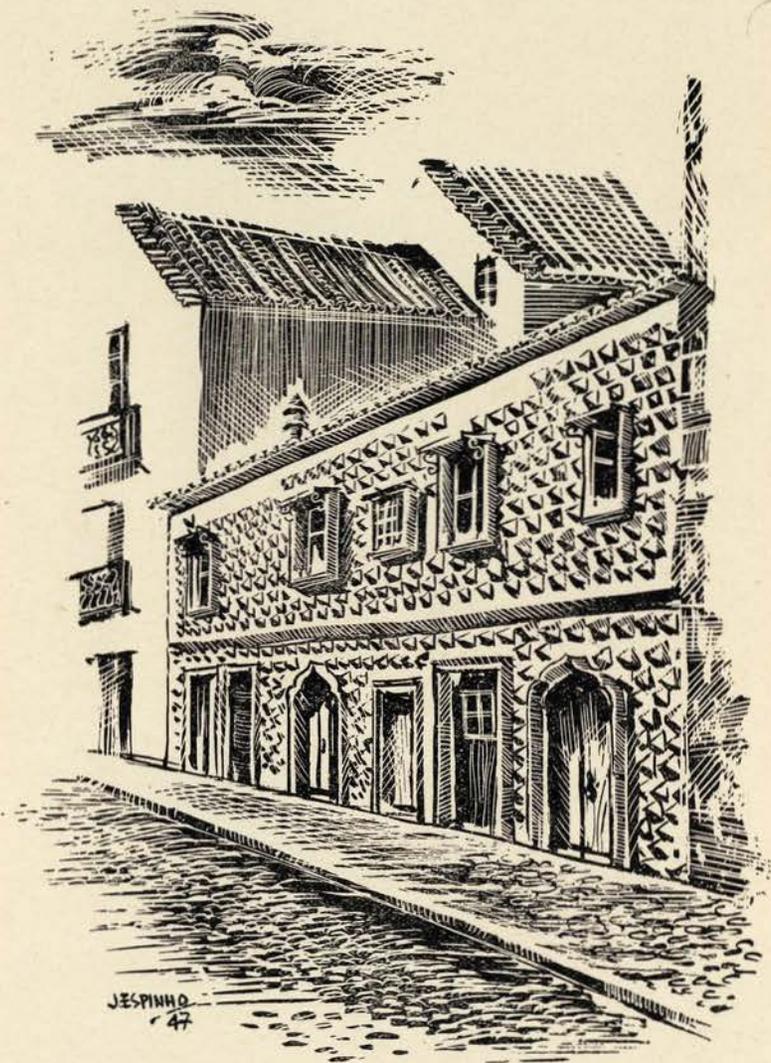
O andar superior ou *sobre-loja*, em cuja frontaria se rasgam quatro janelas, desiguais na distância entre si, rectangulares,

primitivas, e de certo modo curiosas, das quais a da extremidade oriental é mais pequena; ainda uma fresta iluminante se rasga entre a segunda e terceira janelas;

Vestígio da antiga Porta Principal na Rua Afonso de Albuquerque, representado numa base de coluna manuelina de portal ou janela e que se conserva junto da om-

breira da porta de um barracão de pavimento térreo, mas a um nível superior ao pavimento térreo do lado oposto do edifício.

Interiormente a «Casa dos Bicos» não mostra o mais pequeno vestígio documental do que foi o solar famoso dos Albuquerque.





ANTIGO PALÁCIO ALMADA--CARVALHAIS



Actual frontaria do núcleo primitivo, no qual avulta o arco brasonado.



**ANTIGO PALÁCIO
ALMADA--CARVALHAIS**



Um aspecto interior do cláustro Renascença, hoje quase todo envidraçado

PALÁCIO ALMADA-CARVALHAIS

Século XVI

Fundação	primeira metade	Séc. XVI
Restauros e ampliação		Séc. XVIII
Transformações.		Séc. XIX

[Freguesia de Marquês de Pombal]

Breve notícia histórica

O Palácio dos Almada-Carvalhais, provedores da Casa da Índia, no Largo do Conde Barão, esquinando para a Rua das Gaiotas, remonta no seu núcleo primitivo, ainda de pé, ao século XVI, por ventura mesmo ao seu começo, e a despeito da trivialidade exterior no conjunto do seu semblante, excepção feita ao aludido núcleo — espécie de torre revestida de pedraria e armoriada — é na Cidade o mais recuado espécime de residência solarenga urbana, se abstrairmos a Casa dos Bicos. Justamente classificado «imóvel de interesse público» no catálogo dos monumentos nacionais, ele constitui em padrão lisboeta, de reduzidas proporções mas venerando, e, por isso, merecedor de mais larga e actualizada notícia histórica.

As obras de beneficiação e de restauros desde a sua fundação ao século XVIII, depois as transformações e adaptações a inquilinato, deformações de dependências e «amparos» de conservação, sobretudo na segunda metade do século passado, muito desfiguraram este imóvel. Contudo perduram nele admiráveis vestígios, que bem podiam ser ainda valorizados.

Um fidalgo do ramo segundo dos Almada-Avranches foi o possuidor, e certamente o fundador, desta casa ou casas, à beira do Tejo, no sopé do sítio chamado Outeiro da Boavista. Seria ele Fernão Ruiz casado com uma filha de Bartolomeu Gomes de Almada, «homem fidalgo e honrado do tronco desta jeraçam dos Almadás» (Almadás-Avranches); certo é seu filho Rui Fernandes de Almada habitar estas suas casas em 1551, pelo menos, e haver recebido, em 1553, de D. João III carta de armas igual à do ramo principal dos Almadás-Avranches, com acréscimo de brica, que corresponde a ramo segundo. Este Rui Fernandes teve um filho, Fernão Ruiz de Almada, que foi o 1.º provedor da Casa da Índia, cargo que se continuava no primogénito e se transmitia em sucessão.

No meado do século XVII um outro Rui Fernandes de Almada (que foi presidente do Senado de Lisboa, e que em 1665 fez abrir a Rua Nova «do Almada», ao Chiado, antecessora da actual) casou com uma filha e herdeira de André Pereira de Miranda, senhor de Ilhavo, Verdemilho e das terras de Carvalhais, senhorio que datava de 1525, e desta sorte se constituiu a família Almada-Carvalhais, na qual se continuou o cargo de provedor da Casa da Índia, e cujo solar da Boavista era cabeça de morgado.

Em 1692 uma senhora, D. Inês Margarida de Almada e Lencastre, nascida do segundo casamento de D. Cristóvão de Almada, primogénito e herdeiro dos títulos e bens daquele Rui Fernandes, casou com D. Vasco Lobo da Silveira, 2.º Conde de Oriola e 9.º Barão de Alvito, cujo palácio era, neste sítio da Boa Vista, contíguo pelo Poente ao dos Almada-Carvalhais (adviera daqueles títulos a denominação dada a este sítio de «Conde Barão»), e assim se ligaram as famílias Almada-Carvalhais e Lobo da Silveira, o que não foi de maneira alguma indiferente para a história do palácio. Com efeito devem datar do período setecentista, e por motivo daquela ligação de famílias, os benefícios e alindamentos na casa, que deles em absoluto carecia. D. Inês Margarida sobreviveu muitos anos ao marido e morreu em 1748, sucedendo-lhe nos morgados e títulos da casa dos Almada-Carvalhais seu primogénito, D. José António Francisco Lobo da Silveira Quaresma, que foi também provedor da Casa da Índia, cargo que se continuava na descendência. Em 1854 morreu D. José Maria de Almada Castro Noronha da Silveira Lobo, que no palácio residiu, feito em 1824 Conde de Carvalhais (1.º e único), sucedendo-lhe seu filho D. José Joaquim, falecido na Quinta das Torres que os Almadãs possuíam em Azeitão, não deixando descendência, e extinguindo-se nele a Casa dos Almada-Carvalhais e o título de provedores da Casa da Índia. Por sua disposição herdaram seus bens dois netos de sua irmã D. Joaquina Maria, falecida em 1833, e que fora casada com o 8.º Conde de S. Vicente: D. Miguel e D. António da Cunha Silveira e Lorena, este — o último Almada por sua avó materna — falecido no Porto em 1910.

Foram estes dois herdeiros que resolveram vender a propriedade dos Almada-Carvalhais, do Conde Barão, o que sucedeu no terceiro quartel do século passado. Data desta época a transformação da velha casa solaranga, que logo começou a andar de renda, sendo rasgada, na parte inferior, a frontaria que era revestida de silharia sobreposta, e nela abertos estabelecimentos comerciais. Sabe-se que depois de os últimos Almada-Carvalhais terem abandonado a casa do Largo do Conde Barão residiu nela Bartolomeu da Costa Macedo Geraldês Barba de Meneses, cuja mulher era Viscondessa de Trancoso desde 1855. Em 1865 já estava instalado no velho palácio o Colégio Europeu que ali se conservou uma dezena de anos, sucedendo-lhe, episódicamente, um Liceu Herculanu. Depois ocupou o edifício, com suas oficinas gráficas, o industrial gráfico Justino Guedes, muito tempo ligado a David Corazzi, editor de grande renome, que em 1875 criara a empresa das «Horas Românticas» e a seguir desenvolvera notavelmente a sua actividade. Em 1884 Corazzi abandonou a sua indústria, constituindo-se então a Companhia Nacional Editora, que recebeu o fundo editorial e ofical de David Corazzi, companhia que tinha à frente Justino Guedes, e que ampliou em muito as suas instalações. Alguns anos depois da fundação da Nacional Editora começaram a ser sacrificados a melhores instalações gráficas os restos do magnífico jardim, que tinha sido adornado de estatuas e vasos ornamentais, de bancos e roda-pés de azulejo no tipo dos da Bacalhoa, de cascatas, canteiros e lago, e de que tudo há cinquenta e tal anos havia vestígios; a horta contígua ao jardim, pela parte superior, e que no final do século passado ainda abastecia o mercado, desapareceu, também, em holocausto a oficinas cobertas.

Em 1921 Justino Guedes, que era afinal o verdadeiro senhor da Companhia Nacional Editora e o dono da propriedade (não constando a quem a adquirira), resolveu desfazer-se da obra que havia criado em meio século de exaustivos trabalhos que tanto honraram a indústria portuguesa. Consentiu então na fundação de uma nova «Editora, Limitada», para a qual transitou também a propriedade do velho palácio, sociedade da qual faziam parte o dr. Clarimundo Vitor Emilio, genro de Justino Guedes, António Bual, José Maria Alvares, Mário de Carvalho, Carlos Aguiar e Manuel Rui dos Santos. A nova Editora pouco tempo esteve em laboração; em 1925 desfez-se de máquinas, e bem assim do fundo editorial riquíssimo da sua antecessora, conservando apenas o imóvel para rendimento. Nas construções cobertas da Editora (local do antigo jardim) instalou-se uma «Garagem

Conde Barão, de Dias, Fonseca & Sotto Mayor, depois de Henrique Dias, e, desde 1932 de Augusto de Oliveira. A propriedade do imóvel continua pertencendo à Editora, Limitada, em cotas divididas pelos herdeiros dos fundadores — alguns dos quais foram cedendo suas cotas a outros — e que são D. Ildegard Hoffmann de Carvalho, D. Alice Gertrudes Bual, D. Amélia de Aguiar e os filhos de José Maria Alvares.

Quanto ao edifício do palácio pode notar-se que o corpo do lado extremo Poente, de alinhamento destacado e irregular em três faces, e que encostava até há pouco ao Palácio do Conde de Pinhel, que foi antes dos Condes-Barões de Alvito, é uma construção muito posterior à do núcleo histórico da casa Almada-Carvalhais, certamente do século XVIII, e que, porventura, teve comunicação com o Palácio Alvito, circunstância que a ligação das duas famílias e casas pode explicar. A sala no corpo de pedra, primitivo, à qual corresponde uma varanda adiante da janela brasonada, também não é primitiva, e apenas a sua abóbada correspondia ao primeiro tramo da actual rampa de entrada, cujo nível era, evidentemente mais alto.

Ao Palácio Almada-Carvalhais andam ligadas várias tradições, cujo fundamento não se pode verificar, entre elas a que diz que o Marquês de Pombal ali assistia e trabalhava várias vezes; a verdade é apenas que Sebastião José de Carvalho e Melo foi casado (1723-1739), em primeiras núpcias, com D. Teresa de Noronha, sobrinha do Conde dos Arcos e filha de D. Maria Antónia de Almada, dos Almada-Carvalhais.

Presentemente são inquilinos do prédio, além da Garagem Conde Barão, as tipografias Ottopráfica e Holandesa, que ocupam dependências do antigo claustro, uma oficina de móveis e o Atlético Casa Pia, nos pavimentos superiores do corpo principal, e, no corpo anexo, a «Fotomecânica», fundada por Tomás Bordalo Pinheiro em Santo Amaro, para aqui transferida em 1910, desde 1929 propriedade de outros industriais, e ainda armazéns de papel e um escritório de Dinis Bordalo Pinheiro, além de vários estabelecimentos comerciais nos pavimentos térreos, com portas para a rua.

INVENTÁRIO

No palácio que foi dos Almada-Carvalhais, Provedores da Casa da Índia, que se eleva no Largo do Conde Barão, n.º 48 a 57, do lado Norte, há a assinalar:

Exterior

O **EXTERIOR**, sobre o Largo do Conde Barão, é composto por três corpos ligados, em linha irregular; anota-se:

O **Corpo Primitivo**, a Poente do palácio propriamente dito, constituindo uma espécie de torre, estreita, forrada de cantaria; e nele:

O **portão**, n.º 50, rectangular, emoldurado de ombreiras e verga de cantaria, cuja traça e altura não correspondem, evidentemente, às primitivas;

O **primeiro andar**, caracterizado por uma **arcada** de volta redonda embebida na parede, envolvendo uma janela central, vulgar, guarnecida por varanda larga, e sobrepujada pela **pedra de armas dos Almadás**, do ramo segundo: banda de cruces abertas e floretadas, cortada de brica, e duas águias nos vãos (é possível que aquela arcada correspondesse ao coroamento da primitiva porta principal do palácio, e como tal em vão aberto, havendo sido este posteriormente fechado de cantaria, e na parede rasgada a janela que lá ainda de vê);

O *segundo andar*, destacado também por uma janela com varanda, mais pequena que a do andar inferior; o *terceiro andar*, com uma simples janela de peitoril, e sobre o qual se remata o conjunto desta face com uma cimalha de telha.

O **Corpo** do edifício, do lado **Nascente**, com vários estabelecimentos no andar térreo,

e duas ordens regulares de sete janelas, sendo de sacada as do andar nobre;

O **Corpo** do lado **Poente**, contíguo ao antigo palácio dos Condes Barões de Alvíto, avançado do alinhamento, e encostado ao núcleo primitivo, em linha quebrada de três faces, nas quais se rasgam três portas de estabelecimento e várias janelas vulgares, sendo uma apenas de sacada.

Interior

No **INTERIOR** anota-se:

A **Rampa** de acesso, além do portão, a um nível inferior ao primitivo, com abóbada de aresta, artezada, em dois tramos distintos (o segundo e o terceiro em relação ao aspecto primitivo, pois o primeiro constitui o tecto de uma sala construída posteriormente, e cujo pavimento faz a cobertura baixa, em madeira, logo no primeiro passo da rampa); estes tramos são divididos por arcos de cantaria de volta perfeita, apoiados em sólidas pilastras:

O segundo **Troço da rampa**, que presentemente conduz a uma garagem (local dos antigos jardins), com abóbadas de aresta de quartos, em dois tramos desiguais em extensão e laçaria, devididos por arco de volta perfeita apoiado em pilastras singelas; a abóbada está revestida de azulejos seiscentistas, com remate de roseta em azulejo policromo; sobre o arco de entrada, exteriormente, vê-se um registo de azulejo, setecentista, representando S. Cristóvão, e colocado neste lugar recentemente (este troço de rampa não dava acesso, como se pode supor, aos antigos jardins, pois constituía uma dependência do palácio, talvez cozinha, que comunicava, porém, com os jardins);

O **Cláustro** ou **Pátio nobre**, quinhentista, de estilo Renascença, rectangular, único em todas as construções solarengas de Lisboa, e que nasce, por alguns degraus, à esquerda do encontro do primeiro com o segundo troço da rampa, através de um arco de volta abatida, apoiado em pilastras singelas mas sólidas; e nele:

A *arcaria*, constituída por catorze arcos apoiados em colunas de cantaria com belos *capitéis* historiados, todos diferentes na estilização, arcos que se discriminam: quatro de volta abatida, envidraçados, na face Norte; outros tantos, idênticos, mas encobertos por construção oficial, na face Sul; três na face Poente (a de acesso ao cláustro) sendo o do centro, de vão livre, de volta abatida, e os laterais de volta redonda, e envidraçados; e três de vãos livres também, de volta abatida, no topo da face Nascente (o nível deste pátio ou cláustro é, evidentemente, mais baixo do que o teria sido primitivamente);

A *escadaria*, ao centro do topo Nascente, que conduz por três lanços, aos andares superiores do palácio, trivializada e incarecterística por transformação ou decrepitude, com tectos planos de madeira coberta de cal,

e apenas com pormenores seiscentistas que se distinguem numa fieira de alisares de de mármore rosa.

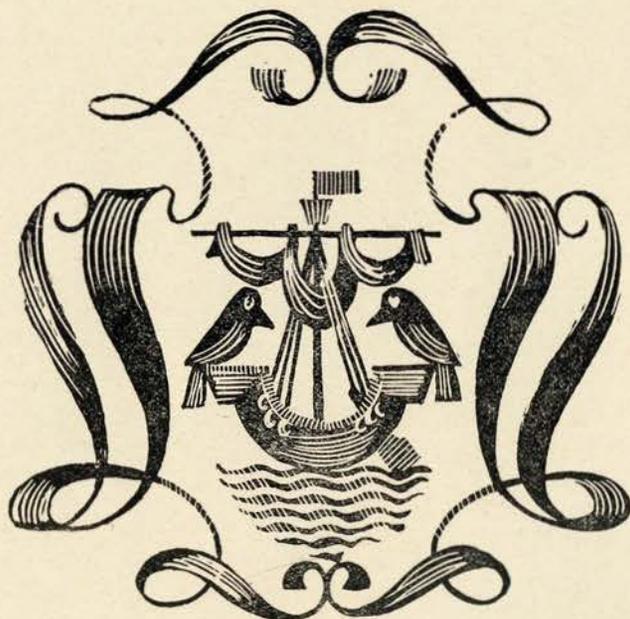
(As *salas* do antigo palácio — que tiveram tectos apainelados com pinturas decorativas, e eram revestidas de bons silhares de azulejos, do que de tudo havia sinal visível ainda há menos de meio século — e hoje entregues a variado inquilinato — não oferecem já o mais pequeno interesse).

Anota-se ainda no edifício do lado Poente, isto é: do lado oposto ao do núcleo primitivo, e ao qual se poderá chamar o anexo setecentista:

Duas *salas* com tecto de estuque, em relevo pouco acentuado, com ornamentações estilizadas do tipo do século XVIII; alguns

tectos apainelados decrépitos e desfigurados noutras dependências; vestígios de pintura a fresco numa oficina, antiga câmara; a sala já referida, correspondente à varanda armoriada e ao primeiro tramo de cobertura da rampa de acesso, com abóbada artezoadada; uma bancada revestida de azulejos de «navio» e «flores» e que se debruçava sobre os jardins, única nota de cerâmica que sobrevive.

No recinto ocupado pela garagem, antigas oficinas da Companhia Nacional Editora, e antes jardins do palácio, abrem-se ainda no topo Sul duas portas, emolduradas, que davam, das salas do palácio, acesso àqueles jardins; existem ainda um grande poço, coberto mas com água, e dois tanques, a um nível superior.



PALÁCIO BELMONTE



O portal nobre do solar dos antigos senhores da Ota e de Belmonte,
no Pátio de D. Fradique de Cima





PALÁCIO BELMONTE

(PÁTIO DE D. FRADIQUE)

Século XVII

Núcleo primitivo	Séc. XV-XVI
Fundação	começo do Séc. XVII
Restauros	segunda metade do Séc. XVIII

[Freguesia das Escolas Gerais]

Breve notícia histórica

O núcleo fundamental do Palácio Belmonte remonta ao século xv. Com efeito no meado daquele século um corregedor de Lisboa, Brás Afonso Correia, possuía neste sítio uns terrenos e casas que comprara (1449) a um Aires da Silva, e meio século depois (1503) adquiriu à Câmara mais um pedaço de chão e quintal. Esta propriedade de Brás Correia, que foi instituída em cabeça de vínculo pelo mesmo Brás em 1520, situava-se no que veio a ser depois o Pátio de D. Fradique «de Cima», que é aquele onde se rasga o portal do palácio.

Foi no final ainda do século xvi ou no começo do século xvii que um descendente do corregedor de Lisboa (Rui de Figueiredo?) teria dado às suas casas quinhentistas, encostadas ao muro da Alcaçova, a forma apalaçada que em parte ainda hoje ostenta, no Pátio de Cima. Em 1684 um descendente do fundador da Casa, Pedro de Figueiredo Alarcão, comprou umas casas e hortas, contíguas ao seu palácio pelo Nascente (Pátio de Baixo), ao 4.º Conde de Atalaia, D. Luis Manuel de Távora, quarto neto de um D. Fradique Manuel, descendente em linha directa, por bastardia, de um D. João Manuel, bispo de Ceuta e capelão mor de D. Afonso V, e filho natural do Rei D. Duarte.

Fora aquele D. Fradique o transmissor de seu nome ao Pátio «de Baixo», denominação também atribuída a uma porta da Cerca Moura, situada onde existe hoje o corredor abobadado que faz ligação com os dois pátios, ou, melhor com os dois recintos do Pátio de D. Fradique, e ainda às «Hortas de D. Fradique». Desapareceram pois os Manuéis (Atalaias) deste sítio, ficando toda a propriedade unida no vínculo dos Figueiredos (1684), no Pátio de D. Fradique.

Por morte do filho de Pedro de Figueiredo, chamado Rodrigo António, todos os seus bens e casa transitaram, incluindo o morgado da Ota, de que era senhor, para uma sua irmã, D. Madalena Luísa de Lencastre, casada com D. Vasco da Câmara. Um neto destes D. Pedro da Câmara Figueiredo Cabral, 9.º Senhor da Ota, herdou de um seu parente, Caetano Francisco Cabral, o senhorio de vários morgados, entre eles o de Belmonte; seu filho D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara foi, em 1805, feito 1.º Conde de Belmonte. Na posse desta família continuou o palácio e propriedade do Pátio de D. Fradique até à actualidade. Por morte, em 1938, da veneranda fidalga D. Ana de Jesus Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, o palácio ficou na posse de suas filhas D. Maria de Sales da Câmara Berquó, D. Jerónima da Câmara Berquó e D. Ana da Câmara Berquó de Alpoim.

O Palácio sofreu pelo Terramoto (era então de Rodrigo António de Figueiredo Alarcão) bastantes estragos, cujas obras de restauro o devem ter em parte desfigurado. Andou depois, em vários períodos, arrendado totalmente, quer na sua parte nobre quer nas dependências modestas.

O seu maior interesse histórico-arqueológico reside no facto de nele estarem integrados, e com nitidez, elementos de muros da Alcaçova e das torres e muralhas da Cerca Moura. É esta a razão que justifica que o Palácio Belmonte seja aquele que abre o «Inventário» do século XVII. (Consulte-se «A Cerca Moura de Lisboa», de A. Vieira da Silva, 2.ª edição, pág. 183 e seg.).

INVENTÁRIO

O Palácio Belmonte, no Pátio de D. Fradique, não se distingue por qualquer expressão arquitectónica destacada. É bastante irregular, em planta, e acusa os acrescentamentos e sobreposições levados a efeito nos séculos XVII e XVIII.

Exterior

No EXTERIOR anota-se:

O **Portal** no muro do recinto superior do Pátio de D. Fradique, ou «Pátio de Cima», este com acesso pelo n.º 12 da Travessa do Funil, orientado sobre o Chão da Feira, e constituído por ombreiras e arquitrave de cantaria, rematada por empena de bico;

A **Fachada Sul**, principal, à esquerda do Pátio de Cima, no corpo do edifício que se encosta à muralha da Alcaçova moura, com três únicas janelas de peitoril; e nela:

O **Portal Nobre**, constituído por pilstras de cantaria, caneladas, arco de remate de volta abatida, sobrepujada de arquitrave ornada de volutas, sobre a qual, entre

pinásios, assenta a janela central, por sua vez coroada de arquivolta na qual blasonam as armas dos Figueiredos — cinco folhas de figueira, em aspa, em campo rodeado da legenda «Pro Deo et Pro Patria P N A M»;

A **Fachada Poente**, sobre o mesmo Pátio, com uma única ordem de três janelas de sacadas;

A segunda **Fachada Sul**, que não se vê do exterior, sobre um Jardim, adornada de cinco janelas de peitoril;

O **Terraço**, sobre uma casa térrea do Pátio de D. Fradique «de Baixo», guarnecido de uma fina balaustrada, ao centro da qual blasona a pedra de armas dos Figueiredos e Cabrais.

Interior

No **INTERIOR** do Palácio Belmonte cumpre salientar:

As **Salas**, de feição seiscentista, todas de tectos apainelados, sem pintura de arte, e revestidas de silhares historiados de azulejos setecentistas, em grande profusão e bom estado de conservação; e nelas:

O *Salão principal*, com janelas sobre o Pátio superior, ombreiras das portas de mármore rosa, e panos de azulejo representando cenas bíblicas;

A *Sala de jantar*, cujos silhares de azulejos representam cenas campestres e de merendas palacianas.

No maciço das edificações primitivas do Palácio Belmonte, e de reedificações e acrescentamentos feitos nos séculos XVII e XVIII, compreendem-se (ver em «Defesas de Lisboa», Fascículo II) os seguintes **monumentos**, só em parte visíveis do exterior:

O *fundamento* do muro da fachada oriental do Palácio, que é feito por um *troço de adarve da Cerca Moura*;

Uma *torre* alta da muralha, de secção pentagonal, com um ângulo saliente para o que foi o exterior da Cerca Moura, do qual ângulo uma

face, voltada a Nordeste, fica sobranceira ao terraço, citado, sobre o Pátio de D. Fradique «de Baixo»;

Uma *torre*, a qual, como a antecedente, la-deava a desaparecida Porta de D. Fradique, já fazendo parte do sistema terreado do muro da Alcaçova do Castelo, e atravessada por uma galeria, podendo ver-se parte do seu coroamento desde o Pátio de D. Fradique «de Baixo», num ponto da horta que encosta à muralha do Castelo, do lado Nascente;

Um *cubelo*, incorporado na parte principal do Palácio, a Nascente, na qual se situa o átrio que nasce do portal nobre.

Ainda como dependência do Palácio assinala-se:

O *corredor abobadado* de comunicação dos dois pátios de D. Fradique, passagem pública, com 22 metros de comprimento por 3 e meio de largura, em cujos muros se vêem *vestígios* de uma porta primitiva da Cerca, e no qual existe, como em suspensão, apoiada ao resalto de abóbada, um oratório ou capelinha, com duas pequenas escadas de acesso, construída em 1878, com a invocação, que se continua de um primitivo oratório, de N. Senhor Jesus do Livramento, e na qual existe uma imagem, que se não vê exteriormente, com a curiosa denominação de «Senhor Reformador de Lisboa», imagem que escapou ao incêndio, provocado pelo Terramoto, na ermida do Palácio, que tinha as invocações de S. Filipe e S. Tiago.



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA C. M. L.



0316380



INVENTARIO DE LISBOA

P R E Ç O
1 2 \$ 5 0